

## LETRAMENTO SOCIAL: POR UM TRABALHO COLETIVO NO PROCESSO EDUCACIONAL ESCOLAR

Ueliton André dos Santos Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo teve por objetivo apresentar pontos de reflexão acerca da importância de um trabalho educacional escolar pautado numa perspectiva coletiva, na qual os educandos enquanto integrantes de um grupo formativo possam atuar de modo ativo e crítico em sua formação. Com vista em atingir tal propósito, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e de natureza qualitativa, assim sendo os dados foram coletados em livros, revistas, periódicos científicos e repositórios de teses e dissertações. Os resultados obtidos nos permite expor que os trabalhos educativos ancorados numa perspectiva grupal apresentam-se como um caminho frutífero para a consolidação de práticas de letramento social, posto que por meio desse canal dialógico entre os sujeitos que compõem os grupos, seria possível expor não apenas as demandas e desafios enfrentados em seu cotidiano, como também projetar possíveis caminhos para a transformação ou resolução desses entraves, ou seja, uma educação pautada na emancipação e pensamento crítico do sujeito educando.

**Palavras-chave:** Grupos educativos. Educação crítica. Letramento social. Emancipação.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de algumas inquietações que foram emergindo durante o curso da disciplina “PSC6052: Os Grupos no Campo Educativo: Contribuições da Psicanálise” oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo no primeiro semestre de 2021, ministrada pela Professora Dra. Solange Aparecida Emílio e pelo professor Dr. Pablo de Carvalho Godoy Castanho, na qual tive a oportunidade de participar na condição de aluno especial.

A palavra “grupo” ao ser focalizada de modo desatento ou corriqueiro deixa escapar um manancial de significados e oportunidades de ações e transformações seja em nível coletivo ou individual. As relações e as interações humanas são fenômenos que possuem uma íntima relação com o processo educativo dos sujeitos, ainda em vida intrauterina os grupos se fazem presente em nossa constituição, a exemplo, não é incomum as reuniões familiares para discutir a escolha do nome a ser atribuído ao novo ou nova integrante da família, bem como, os encontros de revelação do sexo ou anúncio da gestação. Após seu nascimento, os indivíduos

---

<sup>1</sup> Bolsista CAPES. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia-Campus II. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIRB. E-mail: ueliton\_andre@hotmail.com.

são inseridos em relações cada vez mais complexas, nas quais novos grupos vão se constituindo — relações laborais, escolares, comunitárias e familiares (EMÍLIO, 2008).

Como se pode observar o ser humano é notadamente um ser social. Nesse sentido, como os grupos em que os sujeitos estão imersos podem contribuir ou serem mobilizados como vetores de transformações na realidade? Perguntas dessa conjuntura requerem um olhar atento e investigações críticas e reflexivas que nos possibilite articular uma argumentação para além dos pontos das obviedades. De modo a projetar um pensamento crítico acerca da questão irei sistematizar essa discussão tomando como ponto inicial uma breve descrição histórica da educação e com isso buscar evidenciar seu caráter social e político, bem como seus atravessamentos no campo individual e coletivo. Para nos ajudar nessa empreitada nos utilizaremos dos seguintes autores: Castanho (2012); Emílio (2008); Freire (2019a; 2019b; 2013); Mataresi e Emílio (2011); Pichon-Rivière (2005) Soares (2019); Souza (2009) e Street (2014).

Para a materialização desse estudo foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, assim sendo, os dados que compõem e fundamentam os resultados, foram coletados por meio de livros, revistas e periódicos científicos e teses de repositórios virtuais. A data de publicação dos artigos científicos foi tomada como um dos critério de inclusão, dito isso, apenas artigos publicados a partir de 2010 foram incluídos em nosso escopo de referencial. Tal critério não foi empregado aos livros, tendo em vista a relevância de obras clássicas para a compreensão da temática.

## **METODOLOGIA**

A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Portanto, os dados que compõem e fundamentam nossa discussão foram coletados em livros, revistas, periódicos científicos e teses de repositórios virtuais. A data de publicação dos artigos científicos foi tomada como um dos critério de inclusão, dito isso, apenas artigos publicados a partir de 2010 foram incluídos em nosso escopo de referencial. Tal critério não foi empregado aos livros, tendo em vista a relevância de obras clássicas para a compreensão da temática.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação é um construto social e histórico que permeia os diferentes campos da formação humana. Segundo Andrade (2014), inicialmente a Educação era um fazer produzido no *lócus* familiar. Porém, a medida que a família, assim como as demais instituições sociais foram reestruturadas, novas configurações emergiram. Nesse jogo, o Estado se consolida como eixo norteador das condutas humanas. No âmago dessa questão é assistida a emergência da Declaração dos Direitos Humanos em 1948 em resposta a negação do estado de humanidade de determinados grupos. Em ato contínuo, a Constituição Federal Brasileira de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, traz à cena do direito um vasto número de pessoas que até então se encontravam em estado de invisibilidade social, a saber, os negros, os indígenas, pessoas em estado vulnerabilidade social e econômica e etc.

Nesse cenário, a Educação passa a ser instituída como um direito humano universal, todavia, a ampliação do acesso à Educação em nível quantitativo não caminhou passo a passo com desenvolvimento qualitativo. Conforme indicado por Andrade (2014, p.130), “[...] o direito à educação, foi convertido em dever à escolarização, assim introjetado e aceito por quase todos”. Esse ponto se torna ainda mais problemático quando o termo educação é associado quase que exclusivamente como sinônimo de formação escolar. Assim sendo, é válido ressaltar que a Educação se configura como um processo amplo e que se articula com diferentes campos, contextos e agentes sociais, assim sendo, não se deve acopla-la unicamente como ensino escolar tradicional. Tal consideração se mostra importante, posto que, sua obrigatoriedade e universalidade está atravessada pela ideia da escolarização hegemônica.

Tal concepção também é observada nas conversões e tratados que se propõem a discutir metas para a consolidação de uma educação para todos. Isso posto, é verificado que determinadas políticas que se voltam para à salvaguarda desse direito põem em destaque a educação escolar, entretanto, as outras modalidades de educação são incorporadas ao campo da informalidade. Como prova deste processo, basta recorrer ao Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor (Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996), que regulamenta a educação escolar, não abre precedentes para as demais modalidades de educação. Assim fica um questionamento, o que está em voga é uma Educação universal ou um universal de Educação?

Para Paulo Freire (2019b), não existe neutralidade no campo educacional, uma vez que estamos diante de um fenômeno notadamente político e ideológico, ou seja, seria de difícil materialização pensar ou conceber uma educação isenta dos desejos, desígnios, crenças e

ideologias dos agentes envolvidos. Isso posto, é notório uma proeminência dos padrões das camadas hegemônicas no modelo vigente de educação. É consciente dessa ausência de neutralidade que Freire (2019a), problematiza a educação bancária, à qual concebe os educando como receptores do conhecimento transmitido pelo educador, em outras palavras, o educando seria um consumidor passivo no ensino e aprendizagem, pois nesse modelo o professor assume a posição de detentor do conhecimento pertinente e necessário para a vida em sociedade e a devida inserção do aluno no mercado de trabalho.

Quando pensamos a questão da educação hegemônica e suas articulações com as diferenças, dois conceitos mostram-se como pontos importantes para à compreensão desse fenômeno, a saber, conversão e assimilação. Isso posto a conversão é colocada como o único caminho possível para aqueles que são tomados como inferiores, atrasados, incultos e iletrados assumirem uma posição de sujeito civilizado, cujo veículo para esse deslocamento é a assimilação dos códigos, símbolos e valores dos grupos das acamadas detentoras do poder hegemônico (FREIRE, 2019a; 2019b; 2013).

Mataresi e Emílio (2011, p. 30), destacam que “todos nós, que passamos pela escola, temos diversas lembranças sobre como era ser aluno e como os acontecimentos vividos dentro dos muros da instituição e nos seus arredores podem ter um significado enorme na vida de uma criança ou de um adolescente”. Assim, é de suma relevância projetar e materializar propostas de ensino que visem impulsionar às potencialidades dos estudantes, objetivo esse que pode ser atingidos com trabalhos em grupos, nos quais os indivíduos se percebiam como aliados na construção do bem comum e de resolutivas para os problemas e desafios que os atravessam enquanto comunidade. Tendo em vista que a educação escolar desempenha um papel importante e institucionalizado na via dos sujeitos é crucial colocar em pauta o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para essa modalidade de educação e que priorize não apenas a universalização, mas também uma efetividade nas ações práticas do cotidiano escolar.

Ao se propor discutir questões ligadas ao campo da educação estamos diante de um cenário que nos convida a refletir sobre as interações e as relações humanas. Conforme proposto por Silva (2018), a educação assume uma caráter plural e com múltiplos efeitos tanto no campo individual como no campo comunitário e social, uma vez que estamos diante de um fenômeno notadamente dialético. Desta forma, pensar a educação como um trabalho coletivo, uma práxis à ser projetada e materializada nas relações entre os integrantes que compõem os grupos educativos apresenta-se como um fazer possível e necessário. Sob essa tessitura o que se verifica é a busca por um fazer educacional ancorado no levantamento e na discussão das

dificuldades, bem como na construção de soluções pautadas no compartilhamento dos saberes (MATARESI; EMÍLIO, 2011).

Firmando em uma perspectiva Freiriana, promover vias para a profusão da educação isonômica e emancipatória é necessariamente trabalhar com e em grupos. Sendo assim, observa-se que “o trabalho com o grupo é um meio para se atingir uma melhora dos seus membros” (CASTANHO, 2012, p. 52). Deste modo, a educação não deve ser instrumento de manipulação ou alienação, em que os dominadores, na figura dos sabedores infiltram suas ideologias e interesses àqueles que são tomados como recebedores das benesses (FREIRE, 2019a; 2019b; 2013). Portanto, o trabalho educativo em seu sentido humanizador é antes de tudo caminho para a transformação da realidade, como nos lembra Paulo Freire (2019a), uma práxis que mobiliza ação e reflexão com objetivos transformativos no campo do real.

Sendo assim, para uma efetiva mudança em nossa forma de se relacionar e com isso promover mudanças nos modos de vida, é fundamental operar mudanças na nossa forma de viver. Isso posto, as mudanças ocorrem ao promover reflexões e alterações em nosso comportamento, tendo em vista que, mudar não significa indicar ao outro seus erros e esperar que a mudança se faça pelo ajuste do outro ao que o “eu” julga correto. Mudar implica necessariamente em reflexões e ações sobre meu modo de atuar no mundo e com os outros (BAUMAN, 2013).

Quando se advoga acerca da relevância da ação do grupo na formação dos sujeitos é buscado articular uma concepção ampla e significativa acerca dessa relação — indivíduo/grupo. Portanto, não compreendemos os grupos como meros aglomerados de pessoas, mas antes como um fenômeno que pode ser definido e compreendido como uma unidade de análise, logo, as investigações produzidas lançam-se a um horizonte que extrapola a mera concepção aditiva de integrantes em um dado espaço físico e temporal. Dito isso, nosso interesse e enfoque está em compreender e atuar nas linhas interativas e relacionais que consolidam-se entre os membros do grupo (CASTANHO, 2012).

Tomando as palavras de Freire (2019a; 2019b; 2013) e Castanho (2012), como pontos norteadores da articulação entre: educação; grupo e indivíduos fica notória a importância da profusão de projetos e trabalhos educativos que objetivem não à transmissão dos valores das camadas dominantes sobre às camadas à serem dominadas, mas antes um fazer emancipador que possibilite aos indivíduos envolvidos no processo formativo superarem os entraves que se impõem em sua realidade concreta. Ampliando nossa discussão, verifica-se que os trabalhos educativos com grupos possibilitam vias para a superação de estereótipos sobre sujeitos determinados (povos originários, pessoas com deficiência, negros, mulheres dentre outro),

como também ofertam canais fecundos para à compreensão e a ressignificação dos dilemas vivenciados pelos sujeitos em interação, como também assume um papel significativo para e na promoção da saúde dos indivíduos que compõem o grupo operativo envolvido nos trabalhos educativos (CASTANHO, 2012).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio dos postulados anteriormente apresentados, o letramento social pode ser mobilizado como instrumento fecundo nos trabalhos educativos com os grupos. Por estar pautado em uma perspectiva histórica e social, essa modalidade de letramento põe em evidência o caráter dialético existente entre: indivíduo/ indivíduo; indivíduo/meio social; indivíduo/grupo. Tal exposição assume materialidade nos trabalhos desenvolvidos por Paulo Freire (2013) nos círculos de culturas<sup>2</sup>. Assim sendo, estamos diante de um canal promotor de (re)nascimentos no curso do desenvolvimento humano, em que múltiplos agentes se imbricam como facilitadores do processo de (re)invenção de si, do outro e do entorno, a saber, familiares, amigos, vizinhos e os professores (LOPES et al, 2018).

O conceito “letramento” foi incorporado ao contexto brasileiro nos anos 80 com o objetivo de esboçar uma distinção entre a alfabetização e o letramento. Todavia, em decorrência de sua origem terminológica — origem do termo inglês, *literacy* — os trabalhos que se desenvolveram inicialmente não deixavam as supostas diferenças evidentes, pois como o termo *literacy* em sua acepção original é usado para fazer referência tanto ao letramento como a alfabetização algumas confusões práticas e conceituais emergiram, pois ao se pautarem numa perspectiva individualista, por vezes apresentavam os dois conceitos como sinônimos. Porém, é válido salutar que atualmente existe uma linha conceitual com contornos e definições mais nítidas acerca desses conceitos, na qual o letramento é tomando como um fenômeno que se liga aos múltiplos usos que os sujeitos empregam a leitura e a escrita, fator esse que apresenta o letramento como um processo que cunha social, histórico e culturalmente situado. Por sua vez a alfabetização pode ser entendida como uma habilidade individual que se materializa por meio da apropriação do código escrito e da capacidade de leitura de um indivíduo (KLEIMAN, 1995; SOARES, 2019).

---

<sup>2</sup> Prática educacional que extrapola o ensino tradicional engessado. Portanto, os círculos de cultura se convertem e se apresentam como sendo espaços dinâmicos, de natureza dialógica, na qual a aprendizagem é produto das trocas mútuas entre todos os integrantes do círculo de cultura.

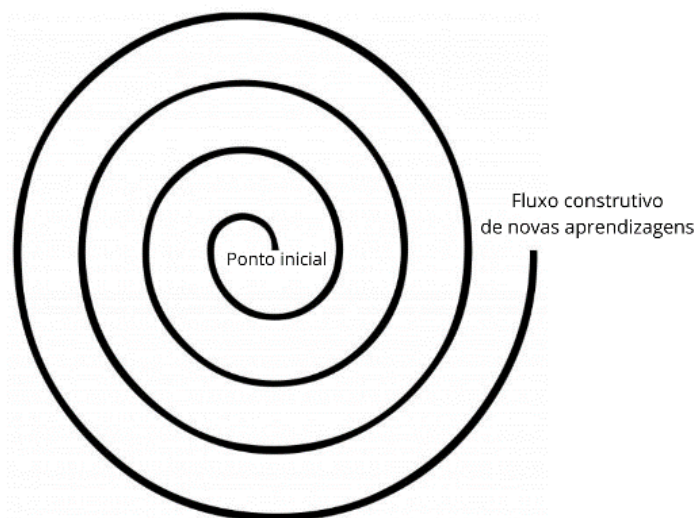
Desde a sua inserção no contexto brasileiro, o letramento vem sendo alvo de muitos estudos, contudo, tal conceito ainda é visto como algo desconhecido, não apenas no meio acadêmico, como também na sociedade de forma mais ampla. Entretanto, os conceitos categorizantes: analfabeto, alfabetizado, letrado e iletrado ressoam como termos familiares entre os coletivos humanos (SOARES, 2019). Em meio a tal cenário, se percebe que na atualidade circula uma concepção mais ampla e crítica acerca do letramento (STREET, 2014).

Sob esse escopo analítico, o letramento social insere-se nesse estudo como um instrumento plural e que visa uma articulação transformativa, pois propicia aos indivíduos envolvidos em um determinado grupo educativo a possibilidade de uma leitura e escrita de si e do seu entorno sob uma ótica reflexiva e analítica, ou seja, um trabalho de (re)leitura e (re)escrita pautada numa visão crítica que coloque em debate os discursos hegemônicos e os desafios que emergem dessa configuração social. Portanto, o letramento social visa criar pontos de existência e resistências frente aos aparatos e redes de poder que insistem em negar a humanidade de determinados grupos humanos— negros, povos originários, mulheres, homossexuais, moradores de comunidades rurais e as pessoas que ocupam as camadas socioeconômicas menos favorecidas (LOPES et al, 2018; SOUZA, 2009).

É notória a imbricação do fazer grupal na constituição individual do sujeito, eis um dos pontos que nos permite observar com maior clareza a relação dialógica e dialética presente nesse campo — indivíduo/ grupo. Tal concepção ao ser acionada com os pressupostos da Pedagogia Social apresentados por Silva (2018), é possível inferir que nas múltiplas situações educativas, todo sujeito pode ser tomado como um potencial facilitador ou concretizador desses (re)nascimentos transformativos na esfera social, coletiva e individual.

Nesse jogo dialético, “o grupo pode ser entendido como o espaço de intersecção entre a estrutura individual e a social” (EMÍLIO, 2008, p.20). Sob essa concepção, o coordenador do grupo se apresenta como uma peça fundamental, posto que, sua atuação consiste fundamentalmente em “em criar, manter e fomentar a comunicação, chegando esta, através de um desenvolvimento progressivo, a tomar a forma de uma espiral, na qual coincidem didática, aprendizagem, comunicação e operatividade” (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 128). Assim sendo, é notório que o papel do mediador é propiciar que os membros de um grupo possam atuar de forma dialógica, criando com isso um prolongamento da espiral de aprendizagem e resolução de demandas do grupo.

Figura 01: Aprendizagem: uma espiral dialógica



Fonte: Produzida pelo autor

Com base na figura 01 é possível expor de forma ilustrativa o que acabamos de descrever. Tomando a formação do grupo e a exposição de suas demandas como um ponto inicial é tarefa do coordenador do grupo propiciar o fluxo constitutivo da espiral por meio do fomento da comunicação entre os integrantes do grupo, assim sendo, a linha que compõe o corpo da espiral se expressa como sendo à materialização das atividades concretizadas nas interações entre os indivíduos que integram o grupo (aprendizagem, comunicação, reflexão, ação e etc.). Nesse processo, cabe ao coordenador possibilitar as vias para à formação de novos aprendizados, bem como contribuir para superar os entraves comunicativos que podem vir comprometer a continuação da espiral.

Notadamente o ser humano está mergulhado em diversos processos interacionais e relacionais consigo mesmo, com os demais sujeitos a sua volta e com seu entorno sociocultural. Sob esse campo, pensar e articular trabalhos de letramento social integrados à noção de atividade grupal se mostra como um caminho fecundo e profícuo para transformação social da realidade dos grupos humanos que ao longo da história foram e ainda são alvos de preconceito, discriminação e segregação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os expostos deixam em evidência a relevância da profusão de investigações que busquem compreender os letramentos para além do prisma imposto pelas lentes do poder



hegemônico, assim sendo a materialização de estudos que busquem investigar como os sujeitos ressignificam os letramentos hegemônicos apresentam-se como um ponto frutífero para a problematização e releituras dos elementos sociais, econômicos, políticos e históricos que confere ao letramento dominante uma posição de superioridade (SOUZA, 2009). Sob essas circunstâncias, destaca-se que mais do que “observar como o letramento hegemônico transformam as pessoas” é preciso ampliar o campo de análise e promover trabalhos investigativos acerca dos usos transformativos que as pessoas inventam acerca desse letramento como canal de sobrevivência e (re)existência (LOPES et al., 2018, p. 700).

Em linhas conclusivas, os trabalhos com grupos se apresentam como um caminho potencializador para que os indivíduos possam ler, interpretar e atuar de forma crítica e reflexiva sobre o meio social ao qual estão inseridos. Isso posto, é possível inferir que as práticas de letramento social ao serem materializadas por um fazer coletivo — trabalho em grupos — tornam-se canais potencializadores na luta pelo direito de coexistência e enfretamento da opressão e desumanização impostas sobre determinados indivíduos e grupos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Édison Prado de. **A Educação Familiar Desescolarizada como Direito da Criança e do Adolescente**: relevância, limites e possibilidades na ampliação do Direito à Educação. 2014, 403f. Tese (Doutor em Educação) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo:2014, p.124-164.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**: Conversas com Riccardo Mazzeo. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em 03 de novembro de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em 31 de outubro de 2020.

CASTANHO, Pablo. Uma introdução aos grupos operativos: teoria e técnica. São Paulo, **Revista do NESME**. São Paulo, v.9, n. 1, p.47-60, 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-24902012000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100007). Acesso em 10 de abril de 2021.

EMÍLIO, Solange Aparecida. **Grupos e inclusão escolar**: sobre laços, amarras e nós. São Paulo: Paulus, 2008, p 19 - 37.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 62. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

KLEIMAN, Angela B. (Org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LOPES, Adriana C. et al. Letramentos de sobrevivência: costurando vozes e histórias. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**. Goiânia, v.10, 2018, p.678-703. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/560>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.

MATARESI, Andrea; EMÍLIO, Solange Aparecida. Grupos de reflexão no contexto escolar: a vez e a voz dos alunos. **Revista do NESME**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 31-36, 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-24902011000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902011000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 10 de abril de 2021.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

SILVA, Roberto da. Outras educações possíveis. In: Moacir Gadotti; Martin Carnoy. (Org.). **Reinventando Paulo Freire**: a práxis do Instituto Paulo Freire. 1. ed. São Paulo: IPF/Lemann/Stanford Education, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência**: culturas e identidades no movimento hip-hop. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

STREET, Brian. **Letramentos Sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.